



RECURSO REPETITIVO

27/03/2023 07:35

PRIMEIRA SEÇÃO VAI DEFINIR SE REVOGAÇÃO DA OPÇÃO PELA CPRB FERE DIREITO DO CONTRIBUINTE

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.901.638 e 1.902.610, de relatoria do ministro Herman Benjamin, para julgamento sob o rito dos repetitivos.

[Leia mais +](#)

JULGAMENTO VIRTUAL

ADC 49: STF RETOMA JULGAMENTO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS DE ICMS EM 31/3

Antes do pedido de vista de Alexandre de Moraes, que chegou a votar, placar estava empatado em 4 a 4

[CRISTIANE BONFANTI](#)

[Leia mais +](#)

REPETITIVO DISCUTE EXCLUSÃO DE BENEFÍCIOS RELACIONADOS AO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.945.110 e 1.987.158, de relatoria do ministro Benedito Gonçalves, para julgamento sob o rito dos repetitivos.

[Leia mais +](#)

STF ADIA DECISÃO SOBRE ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS

Pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes suspendeu julgamento sobre tributação das receitas financeiras

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

[Leia mais +](#)

FESTA DA FIRMA

GASTO COM CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO PODE SER DEDUZIDO DA BASE DO IRPJ E CSLL

Turma do Carf considerou que este tipo de evento visa o bem-estar dos trabalhadores e por isso é uma despesa necessária

- [GABRIEL SHINOHARA](#)

[Leia mais +](#)

SUPREMO

MORAES: ISS DE PLANOS DE SAÚDE DEVE SER COBRADO ONDE ESTÁ O PRESTADOR DOS SERVIÇOS

Voto do relator da ação também vale para serviços financeiros, como administração de fundos, carteiras, consórcios e cartões

- [FLÁVIA MAIA](#)

[Leia mais +](#)

A VISÃO DO STJ SOBRE A TEORIA DE IMPREVISÃO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

A teoria da imprevisão diz respeito à possibilidade de ocorrência de fatos novos que não podiam ser previstos pelas partes nem podem ser imputados a elas, os quais trazem reflexos para a execução do contrato. No Brasil, a aplicação da teoria está prevista, em especial, nos **artigos 478 a 480 do Código Civil**.

[Leia mais +](#)

FALTA DE PROVA DE VULNERABILIDADE IMPEDE APLICAÇÃO DO CDC EM CONTRATO DE GESTÃO DE PAGAMENTOS ON-LINE

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que o **Código de Defesa do Consumidor** (CDC) não pode ser aplicado à relação jurídica firmada entre uma empresa vendedora de ingressos eletrônicos para eventos e uma sociedade especializada em serviços de intermediação de pagamentos *on-line*, pois não houve demonstração de vulnerabilidade de uma parte frente à outra.

[Leia mais +](#)

INSTITUCIONAL

PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE VISTA NÃO SERÃO MAIS INCLUÍDOS NAS PAUTAS DAS SESSÕES

Os órgãos julgadores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deixarão de incluir nas pautas das sessões os processos em que houver mero pedido de prorrogação do prazo de vista.

[Leia mais +](#)

DECISÃO: ADMITIDA A FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS DO PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO DADA A BOA-FÉ DO CONTRIBUINTE E A AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO

Crédito: Ascom-TRF1DECISÃO: Admitida a flexibilização das regras do parcelamento tributário dada a boa-fé do contribuinte e a ausência de prejuízo para a administração

[Leia mais +](#)

TST ADMITE REABERTURA DE CASO DE CONDENAÇÃO PORTERCEIRIZAÇÃO

Decisão vale para ações em andamento em setembro de 2018

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia mais +](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".

